



Cadernos de Negociação



Número 48 - dezembro de 2021

GREVES

Trabalhadores brasileiros realizam 502 greves entre janeiro e setembro

De janeiro a setembro de 2021, foram realizadas 502 greves no Brasil. A maioria (67%) ocorreu no setor privado, sobretudo nos transportes (181 greves), envolvendo principalmente rodoviários/as dos coletivos urbanos. Também chamam atenção as mobilizações dos/as profissionais de limpeza, serviços gerais e recepção (48 greves).

Entre as 118 paralisações no serviço público (23% do total), destacam-se as dos servidores das redes estaduais e municipais de educação (36 casos) e as chamadas "greves gerais", que envolvem todo o funcionalismo de determinada administração (24 mobilizações nos municípios e nove nos estados).

Os trabalhadores das estatais ou das empresas públicas foram responsáveis por 46 greves (9%), com importante participação dos urbanitários/as (8 paralisações) e dos trabalhadores nos transportes ferroviários e metroviários (7 greves).

Greves contra o atraso no pagamento dos salários e férias foram as mais frequentes (35%). Depois vêm as demandas relacionadas à alimentação

(24%), ao reajuste dos salários (23%) e à prevenção contra a contaminação por coronavírus (23%). Como terceiro grupo de motivações, estão as reivindicações contra as despedidas (10%) e por melhores condições de trabalho (9%).

De forma geral, na esfera privada, onde predominam as greves dos trabalhadores/as do transporte público, as mobilizações relacionam-se à crise de receita do setor, que sofreu com a queda acentuada de passageiros durante as fases mais intensas da pandemia. No funcionalismo público, os projetos de reforma que congelam salários e alteram as carreiras (inclusive a estabilidade do servidor) têm provocado grande insatisfação. Nas estatais e empresas públicas, as mobilizações estão centradas na manutenção do caráter público dessas organizações e na defesa do emprego, contra o desinvestimento e a precarização do trabalho promovidos pelo Estado.

Greves por esfera de abrangência Brasil, janeiro a setembro de 2021

Abrangência	nº	%
Esfera privada	335	66,7
Empresas estatais/públicas	46	9,2
Funcionalismo público	118	23,5
Esfera pública e privada	3	0,6
Total	502	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG.

Principais reivindicações das greves Brasil - janeiro a setembro de 2021

Reivindicações	nº	%
Pagamento de salários e férias em atraso	177	35,3
Alimentação	123	24,5
Reajuste salarial	115	22,9
Condições de segurança/EPs	117	23,3
Contra dispensas/pela manutenção do emprego	52	10,4
Condições de trabalho	45	9,0
Total	502	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG. Obs.: uma mesma greve pode conter mais de um item na pauta

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Novembro: negociações têm segundo melhor resultado do ano

Cerca de 60% das negociações salariais de novembro resultaram em reajustes em valores iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); outros 40% ficaram abaixo da inflação de 11,08%, acumulada nos últimos 12 meses. Esses são o segundo melhor resultado de 2021, atrás somente da data-base junho.

No acumulado de 2021, o percentual de reajustes abaixo da inflação segue perto de 49%; o de correções em valores iguais ao INPC é de 35%; e o daqueles com ganho real é de quase 17%. A variação

real média dos salários, após aplicação dos reajustes e abatimento da inflação, é negativa: -0,86%.

As negociações dos comerciários são as que apresentam a menor proporção de reajustes abaixo do INPC em 2021. Já as correções salariais acima da inflação foram mais frequentes nos acordos dos metalúrgicos e dos trabalhadores da construção e mobiliário. As negociações dos trabalhadores no ensino privado registraram alta incidência de reajustes parcelados (32,6% do total na categoria).

Pisos salariais por categorias selecionadas Brasil - 2021

Categorias	Pisos salariais	
	Valor médio em reais	Nº de Pisos
Alimentação	R\$ 1.356,39	1.223
Comerciários/as	R\$ 1.286,78	1.357
Comunicações	R\$ 1.247,87	244
Construção e mobiliário	R\$ 1.434,06	1.395
Educação privada	R\$ 1.420,97	80
Extrativa	R\$ 1.294,15	148
Metalúrgicos/as	R\$ 1.416,40	526
Rurais	R\$ 1.319,56	780
Saúde privada	R\$ 1.271,37	578
Transportes	R\$ 1.456,94	2.659
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.273,81	1.476
Vigilantes	R\$ 1.331,15	126













Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Sistema Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs. Considerou-se somente o piso de menor valor nos instrumentos coletivos com mais de um piso salarial

Negociações Brasil - janeiro a novembro de 2021

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Nº de reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
Jan	10,7	28,4	60,9	-0,61	2.202
Fev	20,4	21,8	57,8	-0,37	632
Mar	11,3	33,8	54,9	-0,73	1.749
Abr	21,9	24,4	53,7	-0,71	717
Mai	18,5	38,8	42,8	-0,85	4.980
Jun	27,5	33,5	39,0	-0,89	1.240
Jul	16,6	25,7	57,6	-1,77	668
Ago	13,1	40,6	46,3	-1,24	382
Set	7,7	50,8	41,5	-1,39	679
Out	21,8	33,7	44,6	-1,09	312
Nov	6,5	53,8	39,6	-0,79	275
Total	16,5	34,7	48,8	-0,86	13.836

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Sistema Mediador. Elaboração: DIEESE

Reajustes por categorias profissionais selecionadas - Brasil - janeiro a novembro de 2021

ALIMENTAÇÃO		COMERCIÁRIOS		COMUNICAÇÕES		CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO	
	Acima 24,9% Igual 34,6% Abaixo 40,5%		Acima 19,9% Igual 58,4% Abaixo 21,7%		Acima 7,8% Igual 28,9% Abaixo 63,3%		Acima 26,2% Igual 48,8% Abaixo 24,9%
Variação média real -0,63%		Variação média real -0,24%		Variação média real -1,37%		Variação média real -0,31%	
Total (nº de reajustes) 1.211		Total (nº de reajustes) 1.391		Total (nº de reajustes) 256		Total (nº de reajustes) 1.415	
EDUCAÇÃO PRIVADA		EXTRATIVA		METALÚRGICOS		RURAIS	
	Acima 23,7% Igual 25,9% Abaixo 50,4%		Acima 13,8% Igual 28,1% Abaixo 58,1%		Acima 28,6% Igual 46,5% Abaixo 24,8%		Acima 15,7% Igual 14,5% Abaixo 69,8%
Variação média real -1,28%		Variação média real -1,02%		Variação média real -0,31%		Variação média real -0,92%	
Total (nº de reajustes) 135		Total (nº de reajustes) 160		Total (nº de reajustes) 548		Total (nº de reajustes) 669	
SAÚDE PRIVADA		TRANSPORTES		TURISMO E HOSPITALIDADE		VIGILANTES	
	Acima 7,4% Igual 19,8% Abaixo 72,9%		Acima 12,3% Igual 37,0% Abaixo 50,7%		Acima 7,1% Igual 11,9% Abaixo 81,0%		Acima 14,2% Igual 31,7% Abaixo 54,2%
Variação média real -1,41%		Variação média real -0,96%		Variação média real -1,52%		Variação média real -0,47%	
Total (nº de reajustes) 612		Total (nº de reajustes) 2.335		Total (nº de reajustes) 1.438		Total (nº de reajustes) 120	

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Mediador

Entidades sindicais e empresas já discutem e negociam trabalho híbrido

O avanço da pandemia de covid-19 e a necessidade de distanciamento social trouxeram transformações na vida de muitos trabalhadores. O *home office* foi adotado por muitas empresas para funções que podiam ser realizadas de forma remota, com a intenção de evitar a disseminação do vírus. Com a queda no número de mortes causadas pela covid-19, algumas empresas têm adotado o trabalho híbrido, regime em que os empregados se alternam entre o regime presencial e o remoto.

Ainda não é possível prever se o regime híbrido está sendo adotado apenas temporariamente ou se permanecerá, após o fim da pandemia. Apesar dessa incerteza, as entidades sindicais têm negociado cláusulas que asseguram garantias para os trabalhadores nos acordos e convenções coletivas de trabalho.

REGIME MISTO DE TRABALHO OU TRABALHO HÍBRIDO - Fica permitido às empresas a adoção do modelo de trabalho híbrido, por meio do qual é possível a coexistência do regime de trabalho presencial e do regime de teletrabalho/remoto.

Parágrafo primeiro - O modelo de trabalho híbrido caracteriza-se pela alternância periódica entre o regime de trabalho presencial e o regime de teletrabalho/remoto.

Parágrafo segundo - As regras relacionadas ao cumprimento do trabalho híbrido, tais como a periodicidade, a constância, o funcionamento etc., serão definidas de maneira prévia entre as partes, me-

diante a formalização escrita de aditivo contratual.

TRABALHO EM REGIME HOME OFFICE - Fica autorizado pela empresa, com a anuência do Sindicato, que poderá o empregado, em comum acordo com a empresa, estabelecer aditivo de contrato para regime de trabalho híbrido, realizando serviços em regime de *home office*, ou seja, exercendo as atividades profissionais na própria residência, alternando com o regime presencial na empregadora.

TELETRABALHO (HOME OFFICE) - Visando à melhoria da qualidade de vida dos empregados, as empresas de construção civil poderão adotar a modalidade de trabalho *home office* ou teletrabalho, utilizando políticas de flexibilização do local de trabalho. Essas políticas poderão ser aplicadas em áreas específicas da empresa, de forma individual e de forma híbrida, havendo a possibilidade de alternar dias de *home office* e dias trabalhados na sede da empresa.

§ 1º É dever da empresa fornecer equipamento e os sistemas de programas específicos e necessários para o desempenho das atividades laborais.

AUXILIO HOME OFFICE E OU TRABALHO HÍBRIDO - A empresa pagará o valor mensal de R\$ 107,60 (cento e sete reais e sessenta centavos) para todos empregados que executarem atividades na modalidade *home office* e/ou híbrida, exceto aos ocupantes de cargos de confiança, para auxiliar nas despesas inerentes dessas atividades.

A Escola DIEESE está com inscrições abertas para o processo seletivo 2022 da graduação em Ciências do Trabalho. A seleção é composta de redação, análise de currículo e de trajetória de vida e será realizada totalmente on line.

Há bolsas de estudo de até 90% para dirigentes sindicais de entidades filiadas ao DIEESE. Para outros públicos também há bolsas, mas os percentuais são definidos individualmente.

A graduação em Ciências do Trabalho tem duração de três anos. Durante a pandemia, as aulas são realizadas ao vivo, on line, de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h30.

Inscrições e informações no site da Escola DIEESE: escola.dieese.org.br

processo seletivo on-line 2022

bolsa de estudos de **90%** para dirigentes sindicais de entidades filiadas ao DIEESE

graduação em CIÊNCIAS DO TRABALHO

MERCADO DE TRABALHO

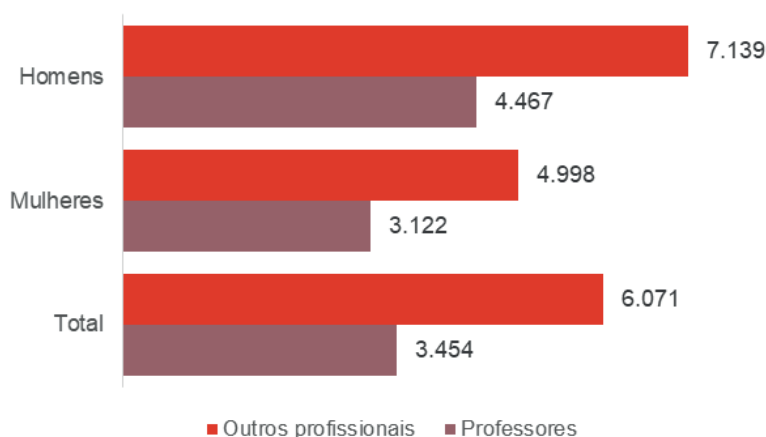
Professores/as ganham 43% a menos que profissionais com mesma escolaridade

No 3º trimestre de 2021, a renda média dos professores com formação superior foi 43% inferior à dos demais profissionais com diploma universitário. A remuneração média dos professores foi de R\$ 3.454, ou R\$ 2.618 a menos que a dos demais profissionais com nível superior de escolaridade. Os professores precisariam de um reajuste médio de

76% para ter rendimento igual ao dos demais trabalhadores em profissões que exigem diploma.

A desvalorização dos professores torna a carreira cada vez menos atrativa para os jovens. Em 2021, 14% dos professores tinham até 29 anos de idade. Entre os demais profissionais de nível superior, essa proporção era de 23%.

Rendimento médio mensal dos/as professores/as e dos/as demais profissionais Brasil - 3º trimestre de 2021



Fonte: IBGE. Pnad Continua. Dados do 3º trimestre de 2021 para o Brasil
Elaboração: DIEESE

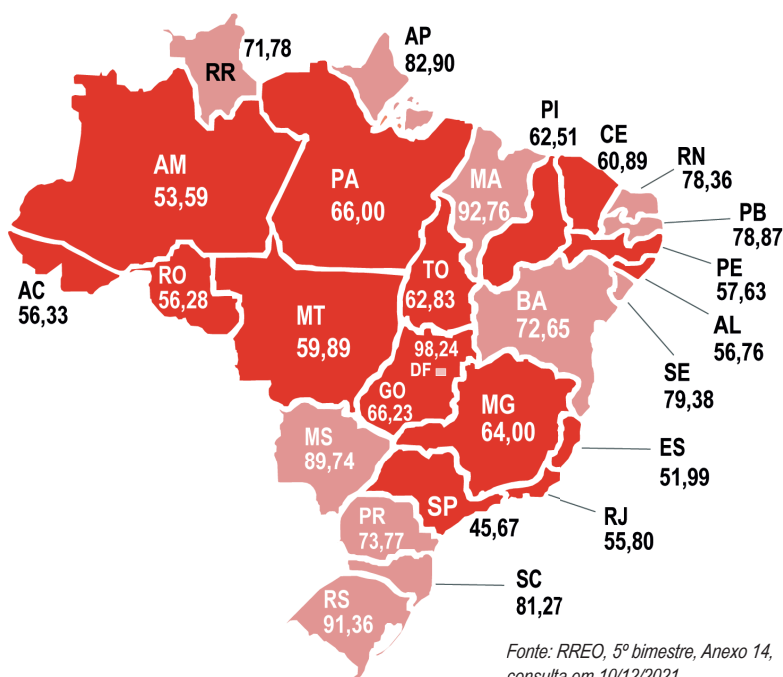
FINANÇAS PÚBLICAS

Maioria dos estados ainda não destinou 70% dos recursos do Fundeb para professores

Os estados brasileiros devem destinar parte das receitas para financiar a educação básica e formar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O objetivo é redistribuir recursos para valorizar os profissionais da educação básica e melhorar o ensino público no país. Uma das regras é o destino de, no mínimo, 70% das receitas recebidas do Fundeb para o pagamento dos profissionais da educação básica.

De acordo com o último Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), de janeiro a outubro de 2021, só 12 estados já haviam cumprido o percentual de 70%. Todos os outros (15) ainda não alcançaram o percentual e alguns estão bem distantes de atingi-lo, como são os casos de SP, ES e AM. Veja ao lado.

Percentual de recursos destinados ao Fundeb por UF (%) Janeiro a outubro de 2021



Fonte: RREO, 5º bimestre, Anexo 14, consulta em 10/12/2021

Cesta básica: preços seguem tendência de alta em nove capitais pesquisadas pelo DIEESE

De outubro para novembro de 2021, o custo da cesta básica de alimentos teve aumento em nove das 17 capitais pesquisadas. As variações mais expressivas foram verificadas nos seguintes produtos:

Café em pó – Todas as capitais registraram alta nas cotações do grão. A preocupação com o impacto das geadas na safra 2022/2023 teve repercussão nos valores do café, tanto no mercado futuro quanto no varejo.

Custo e variação da Cesta Básica em 17 capitais brasileiras – novembro de 2021

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)
Florianópolis	710,53	1,40
São Paulo	692,27	-0,22
Porto Alegre	685,32	-0,83
Vitória	668,17	-0,42
Rio de Janeiro	665,60	-1,22
Campo Grande	645,17	-1,26
Curitiba	638,96	-0,15
Brasília	631,95	-1,88
Goiânia	599,64	1,33
Belo Horizonte	594,97	-0,64
Fortaleza	580,36	2,91
Belém	550,64	2,27
Recife	524,73	8,13
Natal	521,08	3,25
João Pessoa	508,91	3,62
Salvador	505,94	3,76
Acaraju	473,26	1,96

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial - novembro 2021

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 5.969,17
Salário Mínimo	R\$ 1.100,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	5,42

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Açúcar – A grande maioria das capitais pesquisadas apresentou elevação nos preços do açúcar, consequência da baixa oferta.

Óleo de soja – Os motivos para o aumento no valor do óleo de soja foram a alta nos preços externos e a valorização do dólar diante do real.

Feijão – Houve recuo no preço do feijão em todas as cidades pesquisadas. Com a demanda enfraquecida diante dos altos patamares de preços praticados recentemente, houve, em novembro, recuo nas cotações. A colheita de feijão, no sudoeste de São Paulo, aumentou a oferta, contribuindo para a queda dos preços.

Arroz agulhinha – A menor comercialização de arroz, devido à baixa demanda, e a expectativa de estoques elevados do grão resultaram em queda nas cotações em 15 das 17 capitais pesquisadas.

Leite integral – A melhora nas pastagens e o período de elevação de oferta explicaram as quedas nos valores do leite, na maior parte das cidades.

Carne bovina de 1ª – No varejo, houve redução dos preços na maioria das cidades, após a permanência em altos patamares que inviabilizam o acesso de grande parte das famílias brasileiras ao produto.

INPC - IBGE (dezembro 2020 a novembro 2021) 12 meses

Alimentação e bebidas	8,89
- Alimentação no domicílio	9,54
- Alimentação fora do domicílio	6,67

Fonte: IBGE

Índices de inflação	Nov de 2021 (%)	Dez/20 a nov/21 (%)	Projeção de inflação		
			jan/21 a dez/21 (%)	fev/21 a jan/22 (%)	mar/21 a fev/22 (%)
INPC-IBGE	0,84	10,96	10,18	10,48	10,33
IPCA-IBGE	0,95	10,74	10,08	10,40	10,21

Fonte: IBGE; Banco Central

Projeção de inflação: 0,75% para dezembro/21; 0,55% para janeiro/22; e 0,69% para fevereiro de 2022. Estimativas elaboradas em 10/12/2021